



**PREFEITURA
MUNICIPAL DE
SÃO GONÇALO**
CONCURSO PÚBLICO

PROFESSOR II APOIO ESPECIALIZADO

Data: 05/06/2011
Duração: 3 horas

Leia atentamente as instruções abaixo.

01- Você recebeu do fiscal o seguinte material:

a) Este Caderno, com 50 (cinquenta) questões da Prova Objetiva, sem repetição ou falha, assim distribuídas:

Português	Conhecimentos Gerais	Conhecimentos Específicos
01 a 10	11 a 20	21 a 50

b) Um **Cartão de Respostas** destinado às respostas das questões objetivas formuladas nas provas.

02- Verifique se este material está em ordem e se o seu nome e número de inscrição conferem com os que aparecem no **Cartão de Respostas**. Caso contrário, notifique **imediatamente** o fiscal.

03- Após a conferência, o candidato deverá assinar no espaço próprio do **Cartão de Respostas**, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**.

04- No **Cartão de Respostas**, a marcação da alternativa correta deve ser feita cobrindo a letra e preenchendo todo o espaço interno do quadrado, com caneta esferográfica de tinta na cor **azul** ou **preta**, de forma contínua e densa.

Exemplo:

A	B	<input checked="" type="checkbox"/>	D	E
---	---	-------------------------------------	---	---

05- Para cada uma das questões objetivas, são apresentadas 5 (cinco) alternativas classificadas com as letras (A, B, C, D e E), mas só uma responde adequadamente à questão proposta. Você só deve assinalar **uma alternativa**. A marcação em mais de uma alternativa anula a questão, mesmo que uma das respostas esteja correta.

06- **Será eliminado** do Concurso Público o candidato que:

- Utilizar, durante a realização das provas, telefone celular, bip, walkman, receptor/transmissor, gravador, agenda telefônica, notebook, calculadora, palmtop, relógio digital com receptor ou qualquer outro meio de comunicação.
- Ausentar-se da sala, a qualquer tempo, portando o **Cartão de Respostas**.

Observações: Por motivo de segurança, o candidato só poderá retirar-se da sala após 1 (uma) hora a partir do início da prova.

O candidato que optar por se retirar sem levar seu Caderno de Questões não poderá copiar sua marcação de respostas, em qualquer hipótese ou meio. O descumprimento dessa determinação será registrado em ata, acarretando a eliminação do candidato.

Somente decorridas 2 horas de prova, o candidato poderá retirar-se levando o seu Caderno de Questões.

07- Reserve os 30 (trinta) minutos finais para marcar seu **Cartão de Respostas**. Os rascunhos e as marcações assinaladas no **Caderno de Questões** não serão levados em conta.



SECRETARIA DE
PLANEJAMENTO E GESTÃO



Fundação Centro Estadual de Estatísticas, Pesquisas e
Formação de Servidores Públicos do Rio de Janeiro



www.ceperj.rj.gov.br
sac@ceperj.rj.gov.br

PORTUGUÊS

Leia o texto a seguir e responda às questões de número 01 a 10.

OS QUATRO CAMINHOS

O povo San, os primeiros habitantes do Sul da África, acreditava que depois da morte o espírito humano se defrontava com quatro caminhos. Três dos quatro caminhos eram estradas magníficas com chão liso, sombreadas por árvores altas, que levavam ao Inferno. O quarto caminho era uma estrada calcinada de pedras soltas que levava ao Paraíso. O espírito precisava escolher, e sua escolha não era entre o Inferno e o Céu, era entre o caminho e o destino. Andar por uma das três estradas largas e prazerosas engrandeceria o espírito, mesmo que levasse à perdição. Escolher o caminho mais difícil castigaria o espírito mas o levaria à salvação. O que era uma opção para os mortos era um enigma para os vivos: vale mais a viagem ou o seu fim? O que se aproveita da vida se ela for apenas uma provação para a alma?

Fiquei sabendo da crença dos San num cenário adequado para reflexões sobre a sabedoria antiga, o Museu das Origens, na grande Universidade de Witwatersrand, em Johannesburg. É um museu arqueológico com natural ênfase em evidências de que a África foi mesmo o berço da humanidade (...)

Talvez impressionado com a rede de avenidas, elevados e minhocões que se entrecruzam ao redor de Johannesburg, achei que havia uma metáfora aproveitável na parábola dos quatro caminhos de San – só ainda não concluí qual é. Johannesburg decididamente escolheu seu destino, que não é mais do que ser uma nova América, ou um aglomerado de shopping centers e condomínios fechados interligados por grandes estradas.

Resta saber se perdeu sua alma no caminho. Pois a opção pelas grandes estradas também deu em universidades públicas como a Witwatersrand, onde vimos o que parecia ser uma maioria de estudantes negros, e em vários Prêmios Nobel em física, medicina e literatura.

(Luís Fernando Veríssimo, *Jornal O Globo*, 18 de julho de 2010, com adaptações)

01. De acordo com o contexto, andar por estradas “largas e prazerosas” (l. 8) ou optar pelo “caminho mais difícil” (l. 9) significa, respectivamente:

- A) lastimar a existência / aproveitar a vida
- B) viver sem problemas / viver com dificuldades
- C) caminhar a pé, aproveitando o dia / caminhar a pé, mas com dificuldade
- D) caminhar a pé debaixo de árvores frondosas / caminhar a pé debaixo de sol quente
- E) demonstrar alegria / demonstrar tristeza

02. Entre as três estradas que levam ao Inferno e a outra, que conduz ao Paraíso, se estabelecem contrapontos. Esses contrapontos **não** se expressam como:

- A) chão liso / pedras soltas
- B) estrada / caminho
- C) sombra de árvores / paisagem árida
- D) perdição / salvação
- E) opção espirituosa / escolha dos vivos

03. No texto, a opção entre “o caminho e o destino” (l. 7) está explicitada no segmento:

- A) “...depois da morte o espírito humano se defrontava com quatro caminhos...” (l. 2/3)
- B) “...estradas magníficas com chão liso...” (l. 3/4)
- C) “...uma estrada calcinada de pedras soltas...” (l. 5)
- D) “Andar por uma das três estradas largas e prazerosas engrandeceria o espírito...” (l. 7/8)
- E) “...vale mais a viagem ou o seu fim?” (l. 11)

04. De acordo com o contexto, o segmento “...deu em universidades públicas como a Witwatersrand...” (l. 25) pode ser entendido como:

- A) caminho
- B) viagem
- C) vida
- D) destino
- E) enigma

05. Leia as frases a seguir.

A crença do povo San remonta à antiguidade.
O povo San foi o primeiro a habitar o Sul da África.

Reunindo-se as duas frases acima num só período, considerando seu conteúdo semântico e a correção gramatical, resulta:

- A) A crença do povo San remonta à antiguidade onde o povo San foi o primeiro a habitar o Sul da África.
- B) A crença do povo San remonta à antiguidade para onde o povo San foi o primeiro a habitar o Sul da África.
- C) O povo San, cuja crença remonta à antiguidade, foi o primeiro a habitar o Sul da África.
- D) O povo San, de cuja crença remonta à antiguidade, foi o primeiro a habitar o Sul da África.
- E) O povo San, de quem a crença remonta à antiguidade, foi o primeiro a habitar o Sul da África.

06. A oração “...mesmo que levasse à perdição.” (l. 8/9) estabelece, com a oração anterior, valor semântico de:

- A) causa
- B) oposição
- C) consequência
- D) proporção
- E) modo

07. O emprego da vírgula que antecede a conjunção **e** no segmento “...precisava escolher, **e** sua escolha...” (l. 6) justifica-se por:

- A) separar orações com sujeitos diferentes
- B) separar elementos com a mesma função sintática
- C) separar aposto
- D) separar vocativo
- E) separa elementos intercalados

08. A conjunção destacada no segmento “...precisava escolher, **e** sua escolha...” (l. 6) poderia ser substituída, sem prejuízo semântico por:

- A) porque
- B) porém
- C) logo
- D) pois
- E) portanto

09. O segmento “...de que a África foi mesmo o berço da humanidade.” (l. 16/17) poderia ser reescrito, com coerência e sem alteração de sentido, por:

- A) de que mesmo o berço da humanidade foi a África
- B) de que o mesmo berço da humanidade foi a África
- C) de que o berço, mesmo da humanidade, foi a África
- D) de que o berço da humanidade foi mesmo a África
- E) de que mesmo a África foi o berço da humanidade

10. Acerca das estruturas gramaticais do texto, é correto afirmar que:

- A) na oração “...que levavam ao Inferno.” (l. 4), o verbo deveria ser flexionado no singular para concordar com “Inferno” (l. 4)
- B) na oração “...que levava ao Paraíso.” (l. 5/6), o verbo poderia ser flexionado no plural para concordar com “pedras soltas” (l. 5)
- C) no segmento “...o Inferno e o Céu, era entre...” (l. 7), pode-se omitir o verbo e inserir a conjunção **mas**, sem prejuízo semântico.
- D) No segmento “...**mas** o levaria à salvação.” (l. 10), a conjunção em destaque poderia ser substituída pela conjunção **pois**, sem prejuízo semântico.
- E) No segmento “...num cenário adequado **para** reflexões...” (l. 13/14), a preposição poderia ser substituída pela fusão **ã** (preposição **a** + artigo **a**)

CONHECIMENTOS GERAIS

11. Em 1943, São Gonçalo perdeu um de seus distritos para o Município de Niterói. Trata-se do distrito de:

- A) Neves
- B) Cambinhas
- C) Porto Velho
- D) Jurujuba
- E) Itaipu

12. De acordo com dados do *Censo Demográfico IBGE 2000*, o número de habitantes no Município de São Gonçalo é de:

- A) 82.828
- B) 250.828
- C) 594.828
- D) 889.828
- E) 1.796.828

13. Dentre as principais atrações turísticas do Município de São Gonçalo, pode-se citar:

- A) o Anfiteatro Vitória Régia
- B) a Fazenda Itaitindiba
- C) o Engenho de Santa Rita do Rio Negro
- D) o Museu Ferroviário
- E) a Praia de Tambaba

14. De acordo com o artigo 2º da *Lei Orgânica do Município de São Gonçalo*, o Governo Municipal é exercido:

- A) pela Câmara Municipal e pelo Prefeito
- B) pelo Tribunal de Justiça e pela Câmara Municipal
- C) pelo Governador e pelo Prefeito
- D) pela Câmara Municipal e pelo Governador
- E) pelo Prefeito e pelo Vice-Prefeito

15. Conforme estabelece o artigo 17 da *Lei Orgânica do Município de São Gonçalo*, compete privativamente à Câmara Municipal:

- A) executar e fazer cumprir as leis, resoluções e atos municipais
- B) delegar, mediante decreto, atribuições de natureza administrativa aos Secretários Municipais
- C) prover e extinguir os cargos públicos municipais
- D) fiscalizar e controlar os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta e fundacional
- E) celebrar acordos e convênios com a União, Estados, Distrito Federal, Municípios e respectivas entidades públicas

16. De acordo com o artigo 28 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, a investidura do servidor em cargo de atribuições e responsabilidades compatíveis com a limitação que tenha sofrido em sua capacidade física ou mental recebe o nome de:

- A) readaptação
- B) reversão
- C) transferência
- D) aproveitamento
- E) reintegração

17. Segundo o artigo 58 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, o servidor público será compulsoriamente aposentado aos:

- A) 60 (sessenta) anos de idade
- B) 65 (sessenta e cinco) anos de idade
- C) 70 (setenta) anos de idade
- D) 75 (setenta e cinco) anos de idade
- E) 80 (oitenta) anos de idade

18. De acordo com o artigo 87 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, no gozo de férias anuais, o servidor receberá adicional de:

- A) 1/3 (um terço) de sua remuneração
- B) 2/3 (dois terços) de sua remuneração
- C) 50% (cinquenta por cento) de sua remuneração
- D) 3/4 (três quartos) de sua remuneração
- E) 100% de sua remuneração

19. Conforme estabelece o artigo 99 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, o servidor terá direito a um mês de vencimento, a título de auxílio doença, após cada período de doze meses consecutivos de:

- A) licença por motivo de doença em pessoa da família
- B) efetivo exercício de atividade em local insalubre ou em contato com substância tóxica ou radioativa
- C) licença a gestante em caso de nascimento de prematuro
- D) efetivo exercício de atividade desempenhada em condições que tragam risco à vida
- E) licença para tratamento de saúde

20. A pena de demissão será aplicada ao servidor, dentre outros casos, quando verificado abandono de cargo. Segundo o artigo 195 do *Estatuto dos Servidores Públicos do Município de São Gonçalo*, considera-se abandono de cargo a ausência ao serviço, sem justa causa, pelo período de:

- A) 10 (dez) dias durante o período de 3 (três) meses
- B) 15 (quinze) dias consecutivos
- C) 20 (vinte) dias durante o período de 6 (seis) meses
- D) 30 (trinta) dias consecutivos
- E) 40 (quarenta) dias durante o período de 12 (doze) meses

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) tem como objetivo assegurar a inclusão escolar do público-alvo da Educação Especial e, para isso, dá orientações aos sistemas de ensino em relação a vários aspectos, dentre os quais se destacam:

- A) a garantia de acesso ao ensino regular e a oferta de classes especiais em alguns casos
- B) a busca pela participação das famílias e a oferta de escolas especiais em alguns casos
- C) a garantia de acesso ao ensino regular e a acessibilidade arquitetônica
- D) a oferta do atendimento educacional especializado e a provisão de apoio da área da saúde
- E) a acessibilidade arquitetônica e a oferta de classes especiais em alguns casos

22. O termo *necessidades educacionais especiais* propõe um novo olhar sobre a deficiência, mais educacional e menos patológico, e traz em sua definição as seguintes características:

- A) a relatividade do conceito e a previsão de respostas educativas em razão das necessidades apresentadas por cada sujeito
- B) todo aluno tem necessidade educacional e nenhum grupo requer especificidades: o que precisa ser feito é reconhecer a diversidade humana
- C) as respostas educativas são elaboradas de acordo com cada deficiência, independentemente da pessoa, e são consideradas as necessidades que se apresentam fora da escola
- D) a categorização por deficiência, considerando características comuns em cada grupo, e a provisão de recursos para cada categoria como meio de atender às demandas
- E) a generalização das deficiências e a busca de recursos que atendam todos os alunos igualmente

23. Pode-se afirmar que, ao longo de várias décadas, no Brasil, houve uma mudança de paradigmas do papel da Educação Especial, apresentando, quanto aos principais modelos seguidos, a seguinte trajetória:

- A) de medicalização, de institucionalização, de escolarização, de profissionalização
- B) comportamental, cognitivista, social, psicossocial
- C) médico/clínico, educacional segregativo, de integração, de inclusão
- D) tradicional, mecanicista, construtivista, sociointeracionista
- E) segregativo, democrático, igualitário, equânime

24. A Resolução Nº 4 (MEC/CNE/CEB, 2009), que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, como público-alvo para esse atendimento, aponta:

- A) alunos com deficiência; com dificuldades de aprendizagem; em situação de risco social e de fracasso escolar
- B) somente alunos com deficiência física; deficiência auditiva; deficiência visual; deficiência intelectual; deficiência múltipla
- C) alunos com deficiência; com transtornos psiquiátricos; com dificuldades de aprendizagem
- D) somente alunos com deficiência motora; com limites de comunicação; com dificuldades de locomoção; com altas habilidades/superdotação
- E) alunos com deficiência; com transtornos globais do desenvolvimento; com altas habilidades/superdotação

25. O Atendimento Educacional Especializado é realizado:

- A) unicamente em salas de recursos multifuncionais, como substitutivo ao ensino regular
- B) preferencialmente em classes especiais localizadas em escolas regulares
- C) exclusivamente em salas de recursos multifuncionais, como complemento e suplemento do ensino regular
- D) prioritariamente em salas de recursos multifuncionais, sem substituir o ensino regular nas classes comuns
- E) geralmente em salas de recursos multifuncionais, podendo ser substituído por ensino itinerante

26. No âmbito da formação docente, numa perspectiva de inclusão escolar, Soraia Napoleão Freitas (2008) declara:

“O professor da escola inclusiva deve avançar em direção à diversidade, deixar de ser mero executor de currículos e programas predeterminados para se transformar em responsável pela escolha de atividades, conteúdos ou experiências mais adequadas ao desenvolvimento das capacidades fundamentais dos seus alunos, tendo em conta suas necessidades.”

Considerando tal declaração, pode-se afirmar que é de fundamental importância na formação de professores, em geral, garantir prioritariamente:

- A) as informações referentes às características de cada deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação
- B) o contato com toda a legislação vigente e orientações nacionais e internacionais sobre educação inclusiva
- C) os conhecimentos científicos acerca do desenvolvimento humano e dos variados processos de ensino e aprendizagem
- D) uma formação específica, relacionada a uma área de deficiência, de modo a atender algum caso peculiar que surja em sua classe
- E) o domínio de metodologias de ensino que atendam à flexibilização curricular e às necessidades educacionais especiais

27. “As pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação, com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.”

(Convenção da Guatemala -1999, promulgada no Brasil pelo Decreto Nº 3.956/2001)

Tal perspectiva exige compreender que podem ocorrer *diferenciações* como garantia de possibilitar o acesso de todos ao ensino, sendo elas:

- A) ações específicas adotadas para promover a eliminação das barreiras que impedem o acesso à escolarização, garantindo a equanimidade
- B) práticas experimentais que buscam ações pedagógicas diversificadas para garantir um ensino democrático
- C) pressupostos gerais que servem de base para ações específicas a serem aplicadas no ensino regular
- D) fundamentos de uma escolarização específica que prepara o aluno para ingressar no ensino regular
- E) posicionamentos políticos contra toda forma de discriminação que tenha por base a deficiência

28. Na Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008), a educação especial é apontada como:

- A) um nível de escolarização que possibilita a inclusão no ensino regular
- B) uma substituição à escolarização regular, quando a inclusão não é possível
- C) um ideário que fundamenta ações de inclusão em todos os níveis escolares
- D) uma modalidade de ensino que perpassa todos os níveis, etapas e modalidades da educação
- E) uma proposta de trabalho pedagógico voltada para as escolas especiais e classes especiais

29. O princípio que orienta a Declaração de Salamanca é o de que “escolas deveriam acomodar todas as crianças independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas ou outras”. E aponta como o princípio fundamental da escola inclusiva “que todas as crianças devem aprender juntas (...). Escolas inclusivas devem reconhecer e responder às necessidades diversas de seus alunos, (...) assegurando uma educação de qualidade a todos através de um currículo apropriado, arranjos organizacionais, estratégias de ensino, uso de recurso e parceria com as comunidades” (BRASIL, 1994, p. 3-4). Tais orientações produzem diferentes desafios aos sistemas escolares que precisam lidar com alguns conceitos próprios da educação inclusiva, entre eles estão as adaptações curriculares, que se organizam em dois grandes grupos, quais sejam:

- A) adaptações de linguagem e comunicação e adaptações arquitetônicas
- B) adaptações de pequeno porte e adaptações pedagógicas/escolares
- C) adaptações de grande porte e adaptações pedagógicas/escolares
- D) adaptações de grande porte e adaptações de pequeno porte
- E) adaptações arquitetônicas e adaptações pedagógicas/escolares

30. A Declaração de Salamanca (BRASIL, 1994) prevê no nº 59 que “uma parceria cooperativa e de apoio entre administradores escolares, professores e pais deveria ser desenvolvida” (p.14).

Para uma melhor participação dos responsáveis na vida escolar de seus filhos com necessidades educacionais especiais, a escola deveria:

- A) encaminhá-los para serviços de acompanhamento terapêutico, a serem desenvolvidos em unidades de saúde da comunidade local, com o intuito de que recebam suporte e apoio para compreender e melhor lidar com a situação de seus filhos
- B) encorajar os responsáveis a participar de atividades educacionais em casa e na escola, através de oficinas realizadas na própria instituição, onde eles poderiam observar técnicas efetivas e aprender como organizar atividades extracurriculares
- C) promover o envolvimento das famílias com os serviços disponíveis na comunidade local, a fim de que busquem apoio fora da escola para o desenvolvimento de atividades complementares à educação de seus filhos
- D) criar redes de assistência entre as famílias que têm pessoas com necessidades educacionais especiais, para formarem grupos de autoajuda a fim de se solidarizarem e se fortalecerem na busca de melhor compreensão de sua situação
- E) organizar grupos de responsáveis interessados em obter formação específica e buscar parceria com as universidades e centros de formação para inseri-los nessas propostas

31. Em 1973, foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP) pelo MEC, que impulsionou ações educacionais voltadas às pessoas com deficiências e com altas habilidades/superdotação. Essa iniciativa e as propostas do CENESP estavam ancoradas numa perspectiva:

- A) de segregação
- B) de inclusão
- C) de exclusão
- D) de emancipação
- E) de integração

32. No Brasil, a história da Educação Especial inicia-se com o atendimento a pessoas com deficiências, com a criação de duas instituições no Rio de Janeiro, que são:

- A) o Instituto dos Meninos Cegos e o Instituto dos Surdos-Mudos
- B) a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE) e o Instituto Nacional de Educação dos Surdos (INES)
- C) o Instituto dos Meninos Cegos e a Sociedade Pestalozzi do Brasil
- D) a Sociedade Pestalozzi do Brasil e o Instituto dos Surdos-Mudos
- E) o Instituto Benjamin Constant (IBC) e a Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)

33. A década de noventa foi marcada por documentos nacionais e internacionais que apontavam para a necessidade de acesso e permanência de todos à educação, e a garantia de aprender todos juntos. Pode-se citar o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA (1990), a Declaração Mundial de Educação para Todos (1990), a Declaração de Salamanca (1994). No Brasil, tais documentos influenciaram prioritariamente:

- A) a organização de movimentos em respeito à diversidade humana
- B) os investimentos financeiros para a construção de centros de atendimento especializados
- C) a formulação de políticas públicas voltadas à educação inclusiva
- D) a elaboração de campanhas e materiais de conscientização sobre pessoas com deficiência
- E) a criação de comissões para analisar as situações de exclusão e falta de acesso às escolas

34. Uma estratégia bem atualizada para promover processos de inclusão consiste na presença de dois professores em turma regular, um docente de referência para o ensino comum e um docente com formação em educação especial, que dividem a tarefa de planejar, instruir e avaliar a instrução de um grupo heterogêneo de alunos, e onde há a presença de estudantes com necessidades educacionais especiais. Essa organização está baseada no princípio:

- A) de valorização dos saberes docentes
- B) do trabalho colaborativo
- C) da divisão de tarefas
- D) da organização do ensino sem seriação
- E) do currículo por competências

35. A disponibilização e a provisão de instrutores, tradutores/intérpretes de Libras e guias intérpretes, de monitores ou cuidadores de alunos com necessidade de apoio nas atividades de higiene, alimentação, locomoção é de responsabilidade:

- A) das famílias
- B) da direção da escola
- C) dos órgãos conveniados com os sistemas de ensino
- D) dos sistemas de ensino
- E) das universidades públicas

36. O conceito de acessibilidade envolve o uso de recursos didáticos específicos, que se traduzem em adaptações. Exemplos de tais recursos podem ser mapas em relevo, transcrição a Braille e lupas para alunos com deficiência visual; pranchas de comunicação, mouses adaptados, sintetizadores de voz, engrossadores de lápis, planos inclinados para alunos com limitações motoras e na fala. Esse conjunto de ajudas técnicas denomina-se:

- A) materiais acessíveis
- B) comunicação alternativa
- C) recursos de inclusão
- D) tecnologia assistiva
- E) adequações de apoio

37. A Convenção Sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006) foi o referencial para a Educação Especial no Brasil se reestruturar sobre três eixos. Um foi a constituição de um arcabouço político e legal fundamentado na concepção de educação inclusiva; o segundo foi a institucionalização de uma política de financiamento destinada à oferta de recursos e serviços para a eliminação das barreiras no processo de escolarização; e o terceiro se instalou mais especificamente em ações pedagógicas, tais como:

- A) capacitação de gestores para o planejamento de projetos políticos pedagógicos inclusivistas
- B) elaboração de materiais de acessibilidade a serem disponibilizados para as escolas
- C) orientações específicas para o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas
- D) organização de serviços de apoio que garantam processos de inclusão
- E) formação de professores com uma perspectiva inclusiva e de respeito à diversidade

38. O trabalho com as diferenças não está centrado e não se esgota na mera categorização e especificações atribuídas a um quadro de deficiência, transtornos, distúrbios e aptidões. As pessoas modificam-se continuamente, transformando o contexto no qual se inserem. Essa dinâmica exige uma atuação pedagógica que:

- A) valorize situações espontaneístas, nas quais cada um se expresse quando e como quiser
- B) enfatize a importância do uso de variadas linguagens, organizando o ensino de modo a promover a expressão de todos os alunos
- C) seja conteudista e tradicional, promovendo o acesso à informação para todos os alunos, de modo que todos tenham contato com a instrução formal
- D) conheça as diferentes deficiências e suas características, para saber quais os limites e possibilidades de cada sujeito
- E) divida a turma em razão das dificuldades dos alunos, deixando junto quem tem os mesmos limites, para um melhor acompanhamento

39. Adaptações curriculares de *pequeno porte* são modificações realizadas com certa facilidade e dependem basicamente da ação do professor, ocorrem no cotidiano da sala de aula e não alteram a proposta curricular original, são mais simples de serem realizadas, mas não são menos importantes. Exemplos dessas adaptações são:

- A) diferentes arranjos físicos da sala e redimensionamento do tempo em função do ritmo do aluno
- B) modificação de objetivos propostos e uso de materiais concretos para a aprendizagem da matemática
- C) alargamento de portas para a passagem de cadeira de rodas e instalação de corrimão no banheiro
- D) apoio de intérprete de LIBRAS e livros transcritos para o Braille
- E) uso de pranchas de comunicação e modificação de conteúdos a serem ensinados

40. Considere a seguinte fala de uma professora sobre a avaliação de um aluno com necessidade educacional especial:

O processo de avaliação não pode ser igual. Não tem como ser igual. Eu não posso avaliar essa criança da mesma forma que eu vou avaliar outra.

(FONTES, 2009, p. 221).

Numa perspectiva de educação inclusiva, a avaliação dos alunos também muda para ser coerente com as inovações propostas. E isso vale para todos os alunos. Sendo assim, a avaliação que serve para todos tem como característica:

- A) utilizar um instrumento único e ser realizada num só momento, para não haver discriminação
- B) ser a autoavaliação, que por si só servirá de referência para o professor rever o ensino
- C) basear-se exclusivamente na observação do professor sobre a interação do aluno com o conhecimento
- D) estruturar-se com base em fichas padronizadas que abarquem as múltiplas competências, habilidades e conhecimentos
- E) ser dinâmica e contínua, podendo usar instrumentos variados e diferenciados entre os alunos

41. Os professores que quiserem atuar no Atendimento Educacional Especializado (AEE) devem ter:

- A) formação específica em Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), conhecimento do Sistema Braille, domínio de tecnologia assistiva
- B) formação para o magistério, disponibilidade, boa vontade e compreensão sobre a diversidade humana
- C) especialização em Educação Especial, mesmo sem formação inicial para o magistério
- D) formação inicial que os habilite para a docência e formação em Educação Especial
- E) formação em Educação Especial relacionada a uma área específica, para poder escolher o tipo de alunado

42. O Artigo 8º, da Resolução Nº 4 (MEC/CNE/CEB, 2009), que institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado, prevê a matrícula dupla, no âmbito do FUNDEB, quando o aluno:

- A) estiver matriculado em classe comum de ensino regular público e frequentar atendimentos de apoio multidisciplinares em clínicas ou hospitais públicos
- B) estiver matriculado em classe comum de ensino regular público e tiver Atendimento Educacional Especializado na mesma ou em outra escola ou em Centros de Atendimento Educacional Especializado
- C) estiver matriculado em escolas especiais ou em instituições educacionais especializadas, mesmo sem estar matriculado, e não frequentar classe comum de ensino regular público
- D) estiver matriculado em classe comum de ensino regular público, mas só frequentar o Atendimento Educacional Especializado em função da gravidade de suas deficiências e dificuldades
- E) estiver matriculado em classe comum de ensino regular público e estiver aguardando a implantação de Atendimento Educacional Especializado em sua escola

43. Os professores das salas de recursos multifuncionais ou dos centros de atendimento de AEE, para a elaboração e a execução do plano de Atendimento Educacional Especializado, precisam:

- A) articular o planejamento com os professores do ensino regular, com a participação das famílias e em interface com os demais atendimentos realizados pelo aluno
- B) conhecer cada aluno e isoladamente planejar ações educativas individualizadas, que serão desenvolvidas exclusivamente na sala de recursos multifuncionais ou no centro de atendimento
- C) acompanhar o aluno em situações variadas, na escola, na rua, em casa, para estabelecer o planejamento a ser executado na sala de recursos multifuncionais ou no centro de atendimento
- D) esperar que as famílias e que os professores do ensino regular apresentem as necessidades específicas de cada aluno, para então ocorrer um planejamento adequado
- E) elaborar materiais, recursos, ações que podem favorecer a aprendizagem de qualquer aluno e de todos eles, independentemente de sua necessidade específica

44. Um dos objetivos do Atendimento Educacional Especializado (AEE) é *garantir a transversalidade das ações da Educação Especial no ensino regular* (Decreto Nº 6571/2008). Isso significa dizer que o AEE é:

- A) um trabalho que acontece na sala de recursos multifuncionais com os temas transversais previstos nos Parâmetros Curriculares Nacionais do nosso país
- B) um atendimento paralelo, com ações distintas das que ocorrem no ensino regular, que deve garantir o seu espaço de atuação de modo a sensibilizar professores quanto à sua importância
- C) uma importante ferramenta para garantir adaptações curriculares e de acesso ao currículo, estendendo ações realizadas no atendimento para o cotidiano das aulas nas classes comuns
- D) um espaço para a troca de experiências e de formação de professores, garantindo o diálogo entre ensino regular e ensino especial
- E) uma ação que determina como os professores do ensino regular deverão atuar em relação aos alunos inseridos em suas classes comuns

45. Para a oferta do Atendimento Educacional Especializado, o Ministério da Educação prestará apoio técnico e financeiro para algumas ações, dentre as quais se podem destacar:

- A) a implantação das salas de recursos multifuncionais e a ajuda de custo financeiro para as famílias
- B) a formação continuada de professores e a inserção dos alunos nos serviços de atendimento de saúde
- C) a inserção dos alunos nos serviços de atendimento de saúde e a implantação das salas de recursos multifuncionais
- D) a ajuda de custo financeiro para as famílias e a inserção dos alunos nos serviços de atendimento de saúde
- E) a implantação das salas de recursos multifuncionais e a formação continuada de professores

46. Uma professora de sala de recursos multifuncionais iniciará seu trabalho acompanhando, entre outros, um aluno, em processo de alfabetização, que, em função de paralisia cerebral, apresenta uma limitação motora, que o impede de usar lápis e papel para a escrita; e dificuldade na articulação da fala, comprometendo a comunicação. Cabem, no trabalho inicial a ser desenvolvido com esse aluno, os seguintes recursos:

- A) o uso de pranchas de comunicação, contendo ações ligadas à rotina escolar e a introdução do uso de LIBRAS como forma de se comunicar
- B) o uso de letras móveis para a compreensão do sistema alfabético da escrita e o engrossamento do lápis para melhorar o manuseio
- C) o engrossamento do lápis para melhorar o manuseio e o uso de pranchas de comunicação que contenham ações ligadas à rotina escolar
- D) a introdução do uso de LIBRAS como forma de comunicar-se e o engrossamento do lápis para melhorar o manuseio
- E) o uso de pranchas de comunicação que contenham ações ligadas à rotina escolar e o uso de letras móveis para a compreensão do sistema alfabético da escrita

47. Para alunos com altas habilidades/superdotação, o Atendimento Educacional Especializado terá a função de:

- A) promover atividades de enriquecimento curricular desenvolvidas em interface com núcleos especializados ou com outras instituições que aproveitem as habilidades específicas
- B) esclarecer os professores do ensino regular sobre as habilidades a serem desenvolvidas em sala de aula, de modo a atender às necessidades de enriquecimento do currículo do aluno
- C) planejar e desenvolver projetos pedagógicos que envolvam toda a turma, com foco no potencial apresentado pelo aluno com altas habilidades
- D) criar espaços escolares de expressões variadas de acordo com as habilidades do aluno com superdotação, de modo a garantir seu melhor desenvolvimento
- E) esclarecer a comunidade escolar sobre as potencialidades do aluno e orientar a família sobre locais que explorariam melhor suas habilidades

48. Leia, abaixo, a descrição de alguns recursos didáticos.

CAIXA DE VOCABULÁRIO

Uma caixa que contém objetos em miniatura colados em cartões com o nome do objeto em braille e em tinta.

CADERNO DE ESTUDO COM GRAVURAS E DESENHOS

Um caderno com os temas desenvolvidos em aula, apresentando conceitos, termos, expressões a partir de figuras e escrita.

JOGOS PARA A LEITURA E A ESCRITA

Letras em cubos de madeira ou em material emborrachado, e figuras com seus nomes em papelão, tudo com material para aderir a superfícies específicas (ímã ou velcro, por exemplo).

Podem-se relacioná-los, respectivamente, ao atendimento das necessidades de alunos com as seguintes características:

- A) deficiência intelectual ou limitação motora; surdez; altas habilidades/superdotação
- B) deficiência física e deficiência visual; altas habilidades/superdotação; limitação motora
- C) limitação motora ou deficiência intelectual; deficiência física; deficiência visual ou deficiência intelectual
- D) deficiência visual ou deficiência intelectual; surdez; limitação motora ou deficiência intelectual
- E) surdez; altas habilidades/superdotação; deficiência física ou deficiência intelectual

49. Uma maquete de planta baixa, confeccionada com papel-cartão, papel-camurça, lixas, caixas de papel, objetos em miniatura, que proporcione variedade de tamanhos e texturas, irá favorecer alunos com deficiência visual nos seguintes aspectos:

- A) organização pessoal, diferenciação de texturas, comparação de trajetos
- B) percepção do ambiente, orientação espacial e mobilidade
- C) ampliação de vocabulário, criatividade, planejamento de ações
- D) orientação sobre deslocamentos, proporcionalidade, interação grupal
- E) habilidade motora, ordenação, expressão plástica

50. A Resolução Nº 4 (MEC/CNE/CEB, 2009) aponta as atribuições do professor do Atendimento Educacional Especializado. Analise as atribuições apresentadas abaixo.

- I- identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos, de acessibilidade e estratégias considerando as necessidades específicas dos alunos público-alvo da Educação Especial
- II- encaminhar para a direção da escola a tarefa de organizar o tipo e o número de atendimentos aos alunos na sala de recursos multifuncionais
- III- orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelo aluno
- IV- ensinar e usar a tecnologia assistiva de forma a ampliar habilidades funcionais dos alunos, promovendo autonomia e participação
- V- estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos e de acessibilidade e das estratégias que promovam a participação dos alunos nas atividades escolares.

As atribuições que se referem ao professor de AEE, previstas na Resolução nº 4 (MEC/CNE/CEB, 2009) são, apenas, as de números:

- A) I, II e V
- B) III, IV e V
- C) II, III, IV e V
- D) I, II, IV e V
- E) I, III, IV e V